



COLEÇÃO
**EDUCAÇÃO FISCAL
E CIDADANIA**

A GALERA SE LIGA EM CIDADANIA!

Raymundo Netto

Fortaleza - Ceará
2014



Copyright © 2014 by Raymundo Netto

Fundação Demócrito Rocha (FDR)

Presidente João Dummar Neto

Diretor Geral Marcos Tardin

Edições Demócrito Rocha (EDR)

(marca registrada da Fundação Demócrito Rocha)

Editora Executiva Regina Ribeiro

Editor Adjunto Raymundo Netto

Gerente de Produção Sérgio Falcão

Editor de Design Amaurício Cortez

Revisora Milena Bandeira

Ilustrações e Capa Karlson Gracie

Projeto Gráfico e Diagramação Dhara Sena

Catálogo na Fonte Kelly Pereira

Este livro é parte integrante da **Coleção Educação Fiscal e Cidadania**, publicado em decorrência do Contrato nº 118/2013, celebrado entre a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará e a Fundação Demócrito Rocha.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Raymundo Netto
R218g A galera se liga em cidadania! / Raymundo Netto. -
Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

76 p.: il. Color (Coleção Educação Fiscal e Cidadania)

ISBN 978-85-7529-632-5

1. Cidadania I. Título

CDU 342.71



edições **demócrito rocha**

Av. Aguanambi, 282/A - Joaquim Távora - CEP 60.055-402 - Fortaleza-Ceará

Tel.: (85) 3255.6037 - 3255.6256 - Fax (85) 3255.6271

edicoesdemocritorocha.com.br | edr@fdr.com.br | livrariaedr@fdr.com.br



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DA FAZENDA
João Marcos Maia

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA
Marcus Augusto Vasconcelos Coelho

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA FAZENDA
Sandra Maria Olímpio Machado

COORDENADORES DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
José Carlos Cavalcante
Pedro Júnior Nunes da Silva
Antônio Eliezer Pinheiro
Liana Muniz Machado de Souza

ORIENTADOR DA CÉLULA DE EDUCAÇÃO FISCAL
Argemiro Torres Neto



Apresentação

O tema Educação Fiscal tem alcançado cada vez mais relevo e sua presença nas diversas esferas acadêmicas se consolida de forma irrevogável, o que atesta a importância e atualidade do debate. Nenhuma nação se constrói prescindindo de uma educação libertadora e que aponte para uma compreensão solidária entre sua gente, permitindo a reflexão e apropriação de elementos que trazem, no seu cerne, o exercício político de ser cidadão.

A Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará tem envidado esforços para que o conceito de Cidadania Fiscal tenha espaço e seja absorvido no cotidiano social, no aprendizado de que é preciso estar atento, fiscalizar, participar da gestão pública. A opção por levar o debate sobre cidadania e tributação, por meio do Programa de Educação Fiscal (PEF) do Ceará, nas suas mais diversas possibilidades, se fundamenta na compreensão de que não se transcendem paradigmas e se alcançam novos estágios de transformação social, que não pela educação. Incluir o tema Educação Fiscal na pauta da sociedade tem sido uma decisão acertada e efetiva no processo de colaborar com um país novo, uma sociedade melhor.

A Educação Fiscal tem, ao longo de sua história, comprovado que acrescenta substanciais elementos à formação humana, oportunizando que o cidadão aproprie-se dos bens públicos, exija seus direitos, garanta o que preconiza a Carta Magna. Ao passo que permite também a compreensão de que sem sua participação efetiva o Estado não pode exercer esse papel, pois é o financiador das ações estatais, por meio do pagamento de tributos.



Uma relação saudável entre Estado e sociedade requer compartilhamento de conhecimento e ação. Assim, ambos podem apropriar-se do que lhes cabe no processo de gestão pública. Por um lado, um Estado atento às demandas sociais, exercendo sua função com ética, transparência e respeito, e, por outro, um cidadão consciente de seus deveres e atuante quanto ao retorno social dos tributos e ao exercício do controle social, mitigando práticas nocivas.

Desenvolver a Educação Fiscal é acordo permanente com a cidadania, prática necessária a toda gestão que se queira fiel ao compromisso com o exercício da prestação de serviços públicos. Não como mero atendimento, mas como direito, e sob o qual está albergada a própria existência do Estado: sua essência, sua motivação, sua função.

A coleção "Educação Fiscal e Cidadania" vem somar ao material didático do PEF - Ceará, agregando informações e conhecimentos, enriquecendo e ampliando os elementos de aprendizagem já expressivos do Programa. São novos olhares e novas percepções para que o cidadão possa apropriar-se e acurar sua leitura sobre a temática.

Conceber e possibilitar o acesso a conteúdos que facilitem o entendimento da gestão pública e do papel do cidadão é uma das principais ações desenvolvidas pela Educação Fiscal, assim, o desenvolvimento de uma coleção destinada aos diversos públicos escolares, se configura necessária e imprescindível forma de disseminar e partilhar conhecimento.

Não cabem dúvidas de que, com ações como essa, a Secretaria da Fazenda cumpre a sua missão de captar e gerir os recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável do Estado e promover a Cidadania Fiscal. Conhecer os aspectos tributários e fiscais de uma gestão é prover a comunidade de elementos cruciais da estrutura do Estado, portanto, fundamentais para que se possa partilhar as decisões e erigir uma sociedade melhor para todos. Não se faz um Estado justo e desenvolvido sem um cidadão participativo, que compreenda o funcionamento das engrenagens públicas, não apenas como espectador, mas como construtor de seu destino.

A Educação Fiscal faz sua morada nesse espaço.

João Marcos Maia
Secretário da Fazenda

Sumário

1	EPISÓDIO 1 EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL.....	9
2	EPISÓDIO 2 RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE.....	27
3	EPISÓDIO 3 FUNÇÃO SOCIAL DOS TRIBUTOS.....	39
4	EPISÓDIO 4 GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS RECURSOS PÚBLICOS	55





Episódio 1

Educação fiscal no contexto social

Aconteceu numa manhã, quando os amigos Juca, Belinha e Tinoco chegavam na escola para mais um dia de aula.

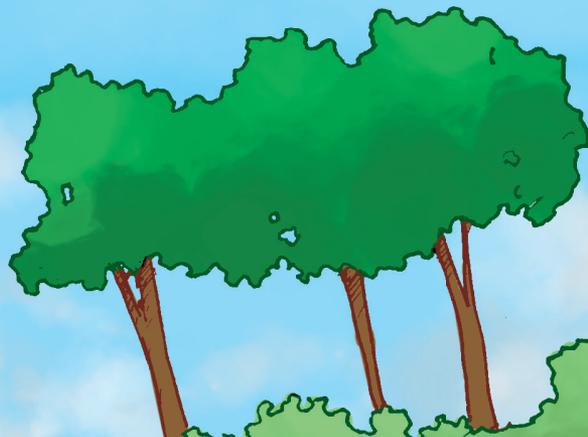
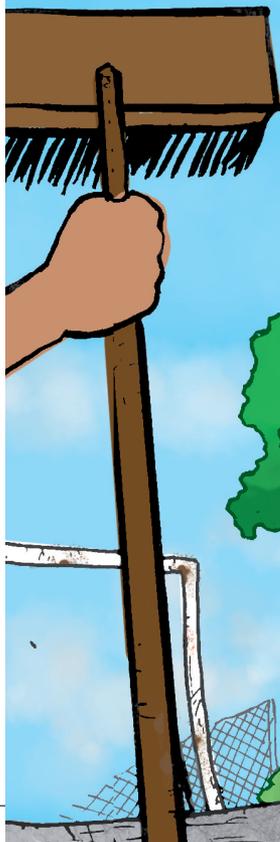
Alguns professores e funcionários se ajuntavam na calçada. O olhar era desesperançado e a cabeça apontava o desconsolo:

— Que foi que aconteceu, pessoal? Não vai ter aula hoje?

— Vai sim, Juca, claro. É que estamos tristes com o que fizeram com a praça à noite.

Olha só para ela: picharam a estátua da nossa antiga diretora, quebraram uns bancos e espalharam o lixo das lixeiras. Já não bastasse a nossa pracinha quase não ter um poste de luz funcionando...

— Você se lembra, seu João, que no começo tinha uns jardins bonitos, um pequeno chafariz e uma quadra onde levávamos as crianças para praticar exercícios ao ar livre? Nem policiamento hoje se vê mais. É outra coisa!



De fato, os garotos eram alunos daquela escola desde criancinhas. Todos os dias passavam pela “pracinha”, como carinhosamente a chamavam no bairro, para chegar à escola, mas fazia tanto tempo que aquela praça estava sendo esquecida, que nem estranhavam. Naquela manhã, entretanto, olhando bem, perceberam o quanto a coitada estava abandonada!

Durante todo aquele dia, nos intervalos de aula, não se falava noutra coisa: quem, o quê, como, quando, onde... Enfim, todos estavam curiosos para saber quem teria a coragem de fazer aquilo.

Sabendo disso, a diretora Antônia decidiu ir de sala em sala para falar com professores e alunos, conversar com eles sobre o acontecido. Percebera que, enquanto alguns alunos também se entristeceram com o estado da pracinha, outros, felizmente apenas uns poucos, riam-se e chegavam a achar que era bem feito ou mesmo comemoravam por acreditar que aquela confusão toda fosse terminar com o cancelamento das aulas naquele dia. O que não foi preciso.



A diretora pediu, então, à professora Fabiana, muito querida pela turma, que aproveitasse o ocorrido e todo aquele blá-blá-blá em torno dele para “puxar” um pouco da garotada e transformar aquilo num grande debate e lição sobre Cidadania.

E foi assim que, naquele dia, a Fabiana teve uma grande ideia: a aula aconteceria exatamente na pracinha! Lá chegando, pediu à turma que se sentasse nas arquibancadas de concreto, que rodeavam a quadra. Aliás, a quadra estava com a pintura de piso gasta e sem os alamedados de ferro, roubados há tempos, sabe-se lá por quem:

— Eu sinto muita falta dos campeonatos de futebol do bairro... — lamentou Tinoco, ao entrar ali.

A Fabi, como chamavam a professora, iniciou logo um bate-papo com seus alunos:

— Turma, hoje a nossa aula vai ser super diferente e especial: vamos conversar sobre Educação Fiscal!

— Educação Fiscal, Fabi? Mas a diretora não disse que nós iríamos falar sobre Cidadania? — estranhou a Belinha.

— Sim, e é isso mesmo, gata. A Educação Fiscal existe justamente para que nós, conscientes de nossos direitos e deveres, possamos praticar a nossa CIDADANIA, colaborando juntos para a construção de uma sociedade justa, solidária, participativa, onde todos nós possamos viver melhor, de forma digna, como merecemos, né, gente?

— Ih, professora, na boa: acho que esse papo aí vai ser uma chatice... — falou da arquibancada mais alta o “Doutô”, cujo nome era Reginaldo. Aliás, falando sério: detestava esse nome. Também ninguém sabia o porquê, mas ele preferia ser chamado de Doutô. Doutô em quê, de quê, hein?, como é que é?, sabe-se lá...



— Calma, calma, Doutôzinho da titia, tenha paciência que eu vou explicar aos pouquinhos, e já, já, você vai entender tudo, viu? — entendia a professora que tinha que ir devagar. — A palavra “cidadania” surgiu na Grécia há mais de 500 anos antes de Cristo. Naquele tempo, era chamado de “cidadão” o habitante da cidade, aquela pessoa que tinha o direito de opinar e decidir o destino dela. As mulheres, crianças, escravos e estrangeiros não eram considerados cidadãos porque não lhes era permitido decidir sobre coisa alguma. E isso só mudou depois de muito tempo, sabiam? E não pensem que foi de graça, não, galera, foi preciso bastante luta para que se conseguisse esse direito.

Então, já viram, né? A primeira grande lição do dia é:

**Direitos são conquistados.
Nós só os conquistamos com muita luta.**



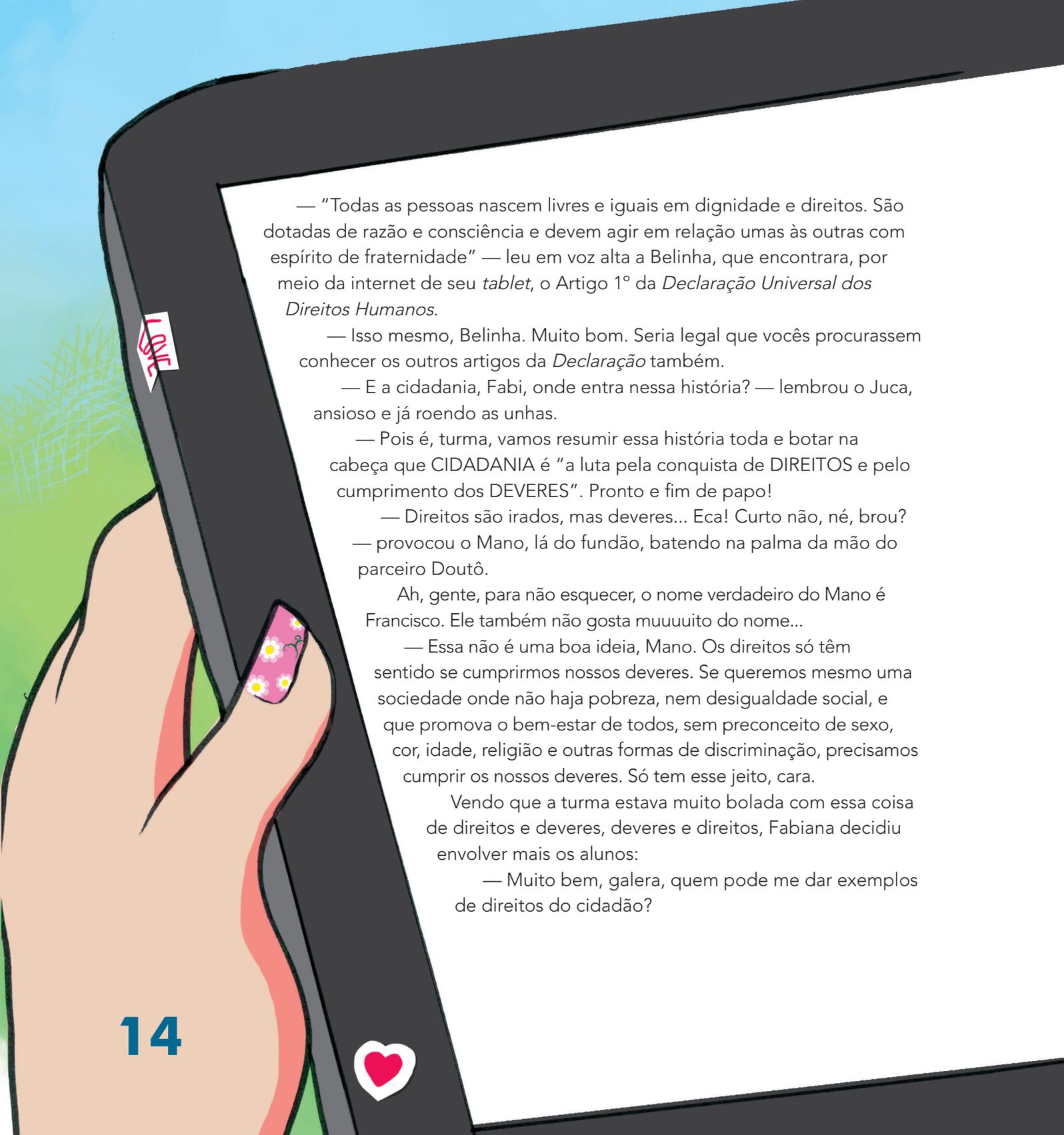


— Luta igual àquelas da televisão, Fabi? — brincou Tinoco, já se levantando e trocando os braços num vaivém desconcertado.

Mano, outro garoto da sala, parceirão do Doutô, zoava daquela marmota de Tinoco, enquanto a professora já respondia:

— Não, cara, aquilo ali é esporte... ou parecido... As lutas sociais são bem mais sérias, às vezes mais difíceis de resolver, e, geralmente, precisam de mais tempo, muito mais, para se chegar ao “nocaute”.

Vejam vocês que, mesmo com tanto tempo, tanto tempo, os DIREITOS HUMANOS continuam a ser desrespeitados. Assistimos a isso todos os dias: é preconceito, corrupção, miséria, doença, fome, desemprego, guerra, violência, perseguição política, analfabetismo e outras coisas mais que nos mostram que a CIDADANIA PLENA ainda está longe de ser alcançada. Porém, acreditamos que com muita consciência crítica, persistência e luta podemos conseguir que o respeito e o cumprimento de tais direitos se tornem realidade. Depende super de nós.



— “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” — leu em voz alta a Belinha, que encontrara, por meio da internet de seu *tablet*, o Artigo 1º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

— Isso mesmo, Belinha. Muito bom. Seria legal que vocês procurassem conhecer os outros artigos da *Declaração* também.

— E a cidadania, Fabi, onde entra nessa história? — lembrou o Juca, ansioso e já roendo as unhas.

— Pois é, turma, vamos resumir essa história toda e botar na cabeça que CIDADANIA é “a luta pela conquista de DIREITOS e pelo cumprimento dos DEVERES”. Pronto e fim de papo!

— Direitos são irados, mas deveres... Eca! Curto não, né, brou?
— provocou o Mano, lá do fundão, batendo na palma da mão do parceiro Doutô.

Ah, gente, para não esquecer, o nome verdadeiro do Mano é Francisco. Ele também não gosta muuuuito do nome...

— Essa não é uma boa ideia, Mano. Os direitos só têm sentido se cumprirmos nossos deveres. Se queremos mesmo uma sociedade onde não haja pobreza, nem desigualdade social, e que promova o bem-estar de todos, sem preconceito de sexo, cor, idade, religião e outras formas de discriminação, precisamos cumprir os nossos deveres. Só tem esse jeito, cara.

Vendo que a turma estava muito bolada com essa coisa de direitos e deveres, deveres e direitos, Fabiana decidiu envolver mais os alunos:

— Muito bem, galera, quem pode me dar exemplos de direitos do cidadão?



— Comida? — arriscou Tinoco, alisando a boca do estômago — O cidadão aqui tem o direito de comer, não é?... Agora?

— Direito de brincar, de poder trabalhar, de ter onde morar, de procurar um médico e se tratar quando estiver doente... — acrescentou Juca, quase que solene.

— De estudar, de viver em um meio ambiente limpo e seguro, de ter luz em casa e nas ruas, de ter água limpa e tratada para seu uso pessoal... — Belinha falava e já anotava algumas coisas para depois postar no seu blog.

— Direito de dormir, Profi? — lembrava, irônico, o Doutô, apontando para a própria cara enfeitada de olheiras.

— Sim, de descanso e de lazer. Muito bem, Doutô, obrigado pela sua contribuição, tá? E muitas outras coisas mais, não é? Já vi que de direitos vocês estão bem sabidos. Mas quem é que poderia me dizer agora quais são os nossos deveres?

— O mais importante deles é a obediência às leis, não é, Fabi?

— Sim, Belinha, isso mesmo. E onde encontramos essas leis?

— Na Constituição?

— Exato, Juca, elas fazem parte da nossa **CONSTITUIÇÃO**, a lei maior de nosso país. Nela nós encontramos tanto os nossos direitos como os nossos deveres. Aliás, é importante saber que **OS NOSSOS DEVERES** existem para lembrar que os outros também têm os **SEUS DIREITOS**, vocês sabiam? Guarda isso na cachola, moçada.



— Fabi, estava pensando, se todo mundo só tivesse direitos e não deveres, seria uma confusão só! — pensou alto o Paulinho, um aluno que quase não emitia opinião sobre nada. Até a professora estranhou essa “filosofice” do garoto:

— É mesmo, Paulinho. Sabia que é assim mesmo? Antigamente, há muito tempo, o homem andava só, vivia só e por isso fazia o que queria e como queria. Por causa disso a sua vida não era mole, não, e, às vezes, até perigosa... Deixa eu explicar melhor:

Uma das maiores descobertas do homem foi a de que poderia viver em grupos, ou seja, em SOCIEDADE, onde todos tivessem interesses e necessidades comuns. Dessa forma, já que todos queriam e precisavam das mesmas coisas, pensaram: “Por que então nós não podemos trabalhar juntos, um ajudando o outro? Assim, nós nos protegemos, ganhamos mais força para produzir mais, conseguir as coisas mais rapidamente, cada qual contribuindo com sua habilidade, com o seu jeito”.

— E pelo visto deu super certo, né, Fabi? Eu não gosto de viver só. Acho que ninguém gosta.

— Deu, sim, Belinha, mas porque eles entenderam que, para que isso funcionasse, para que eles tivessem DIREITO a todas aquelas coisas, precisavam colaborar, cumprir com alguns DEVERES. Hoje, por exemplo, além de obedecer as leis, temos outros deveres que não podemos esquecer jamais:

- escolher e eleger os nossos representantes (por meio do voto);
- respeitar os direitos das outras pessoas;
- proteger a natureza e o meio ambiente;
- zelar pelo bem e patrimônio público;
- contribuir com o pagamento de tributos.



— Ih, maluco, é dever demais... — berrava o Mano, já colocando as mãos na cabeça e puxando o gorro por cima das orelhas.

— Patrimônio público? Que arrumação é essa, professora? — lascou de canto o Tinoco.

— TRIBUTOS, Fabi? — perguntou Juca.

Vendo que já tinha atiçado a curiosidade da turma, Fabiana propôs:

— Calma, gente, que o mundo não foi feito num dia, não... Já, já, vamos falar mais nessas "arrumações", mas antes vamos brincar um pouco mais desse jogo de Direitos e Deveres?

— Vamos, professora! E a bola, onde está?

— Que bola, Mano?

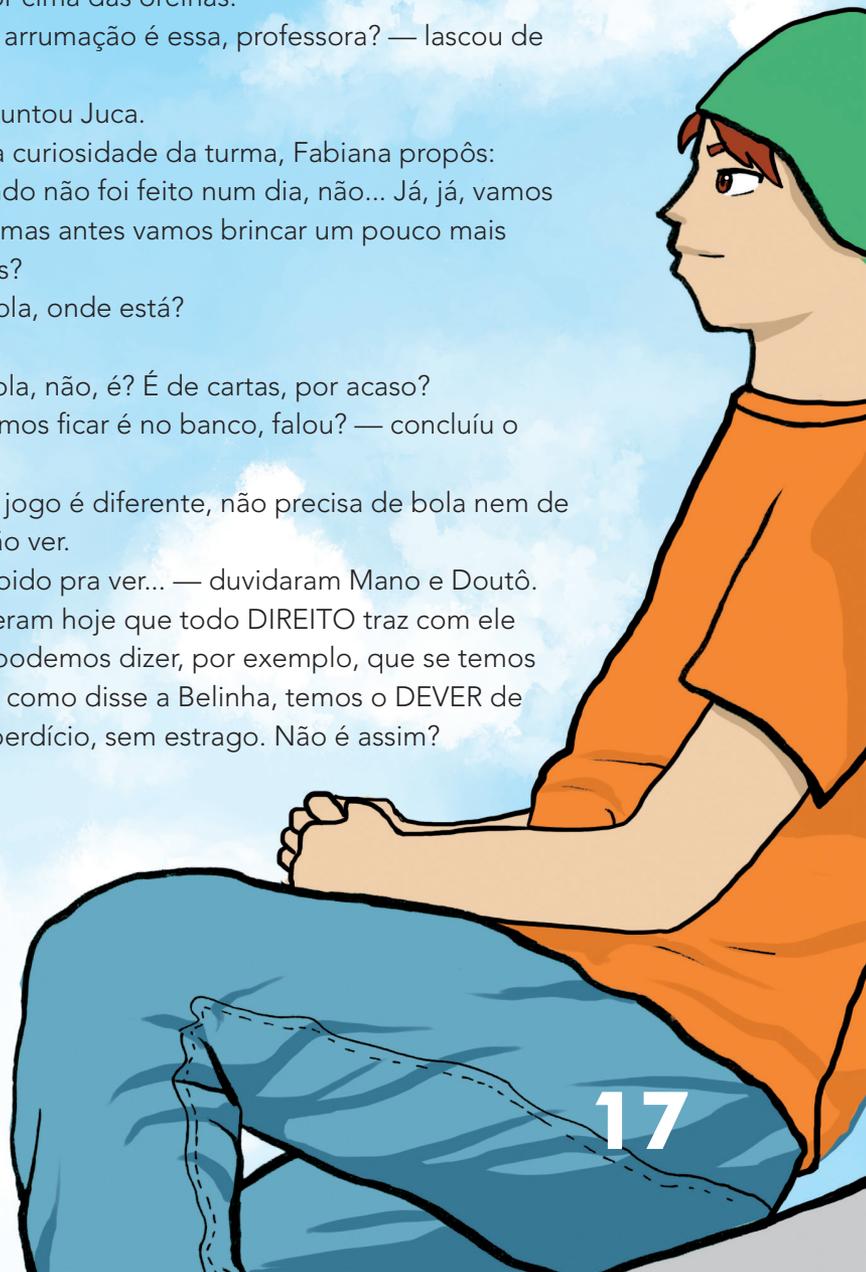
— E esse jogo não é com bola, não, é? É de cartas, por acaso?

— Já saquei tudo, Mano, vamos ficar é no banco, falou? — concluiu o Doutô, num desânimo federal.

— Que é isso, garotos, esse jogo é diferente, não precisa de bola nem de cartas, mas é legal, sim, vocês vão ver.

— Ah, tá, diz aí, Profi... Tô doido pra ver... — duvidaram Mano e Doutô.

— Fácil, fácil. Vocês aprenderam hoje que todo DIREITO traz com ele um DEVER, não foi? Assim, nós podemos dizer, por exemplo, que se temos DIREITO à água limpa e tratada, como disse a Belinha, temos o DEVER de preservá-la e de usá-la sem desperdício, sem estrago. Não é assim?



— Pronto, Fabi, já entendi. Nós temos também o DIREITO a viver em um meio ambiente limpo e saudável, mas para isso temos o DEVER de não jogar lixo na rua e colocá-lo sempre nas lixeiras. É assim que se joga? — falou o Paulinho, seguido logo pelo Tinoco:

— Nós temos DIREITO a esta praça — pôs-se o Tinoco em pé, abrindo os braços como se pudesse tomar a pracinha — e, por isso, temos também o DEVER de não pichar as paredes, bancos e estátuas, não pisar a grama, não riscar ou quebrar seus bancos ou grades da quadra, não jogar pedras nos postes de luz, não arrancar as pedras e não fazer xixi em qualquer canto... Uó!

— Isso, Tinoco. E se levar o cachorro para passear, carregar uma pazinha e um saco para guardar o cocozinho dele, né? — lembrou a Belinha, que tinha seu cachorro, o Duque, desde que era um filhotinho.

Para ajudar, adiantou-se a professora:

— Nós todos temos DIREITO à educação, e é por isso mesmo que temos o DEVER de respeitar os colegas e professores, zelar pelos nossos livros, pelas nossas carteiras escolares, pelo ginásio e pelos outros bens da escola, ou seja, pelos BENS PÚBLICOS!

— E o que é um bem público, Fabi? — perguntou novamente o Tinoco.

— E existe um mal público, é? Tô de boa nisso aí — curtiu o Doutô.

— BEM PÚBLICO, gente, é tudo aquilo que serve ao povo, que é construído, mantido e comprado com o dinheiro do povo, como a nossa escola ou essa praça, por exemplo. Nós, professores e funcionários da escola, também somos pagos por vocês, meu povo... — riu.



Mano não deixou passar, andando na arquibancada balançando os braços molengas:

— Eu sou um polvo, um polvo muito doido!

— Eu pensava que a escola, essa praça, o estádio de futebol e tudo o mais fosse do governo, professora. Não é, não? — perguntou Paulinho.

— Gente, o governo, na verdade, somos nós.

— Somos nós? Como assim, professora?

— Sim, Paulinho. Em outras palavras, o governo nada mais é do que um conjunto de pessoas escolhidas por nós, por meio do voto, para nos representar nas decisões e ações que irão construir aquela sociedade ideal da qual nós falamos no começo da aula, lembra?

— Puxa, então, professora, ele não está conseguindo trabalhar direito...

Fabi não conseguiu deixar de rir da observação de Paulinho:

— Tudo bem, meu amor, vamos devagarzinho. Depois nós vamos falar um pouco mais desse nosso governo e então você entenderá tudinho, certo?

— E o que é que tem a ver, Fabi, o governo com essa coisa de direitos e deveres?

— Ora, Juca, para que o governo possa fazer, construir e manter essas coisas todas das quais nós temos direito, ele precisa de dinheiro, não é? E de onde você acha que vem esse dinheiro que o governo usa para fazer e manter escolas, hospitais, estradas, bibliotecas, museus, estádios de futebol, pagar professores, médicos, polícia, colocar postes de iluminação nas ruas, tratar esgotos, fornecer água e luz para nossas casas, coletar e dar destino ao lixo e tudo o mais?

— De mim é que não é, professora, pois se eu tivesse dinheiro compraria era um tênis novo... — lançou Tinoco, já olhando para a sola do tênis gasto de tantas peladas naquela pracinha.

— Pois taí, seu Tinoco, que está redondamente enganado... Esse dinheiro vem de você, sim, de seus colegas, dos seus pais, vizinhos, professores, da diretora, e até do seu João, o zelador.

Seu João, que estava passando por ali na hora, ouvindo aquela conversa da professora de que estaria pagando alguma coisa, quis logo saber o quê:

— Calma, seu João. Não se preocupe. Senta aí, homem, que o senhor também vai já entender... Gente, vocês se lembram que eu falei que um de nossos deveres, enquanto cidadãos, era contribuir com o pagamento de tributos?

— Foi, sim. E você não quis dizer o que eram esses tributos — lembrou Juca.

— Tributo tem alguma coisa a ver com índios, professora? — perguntou o Tinoco, sendo recebida a sua pergunta por muitas gargalhadas de Mano e Doutô:

— Esse cara é um mané! Só faz pergunta mó paia.

— Epa, epa, garotada, vamos começar a exercitar o respeito ao próximo. Todos têm o direito de expressar sua opinião, seja ela qual for.

Voltando-se para o Juca, concluiu:

— E olha, Juquinha, não falei naquela hora para não confundir, mas agora vai... Ô povinho agoniado, hein? Galera, todos nós pagamos tributos, mesmo sem saber. TRIBUTO é um valor em dinheiro, decidido por lei, pago por nós, cidadãos, ao governo para que ele possa usá-lo em nosso benefício, ou seja, para o bem-estar da sociedade.

— Decidido por lei? Isso quer dizer que é obrigado pagar, é? — atentou Tinoco.

— Sim, menino. Ora se não... Nós precisamos entender que os tributos não são coisas ruins. São pagos por nós e recolhidos pelo governo para a realização de obras e serviços de bem-estar da nossa população. Sem eles, o governo não teria como fazer o seu trabalho, que é:

- Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**Pagar tributos é um dever de cidadania,
porque todos são beneficiados.**

— Vamos ver se entendi, Fabi — levantou-se Belinha, numa cerimônia bem dela. — Então, o governo recolhe o nosso tributo, toma conta e depois o utiliza para construir e comprar coisas para melhorar a vida da gente? É assim que acontece?

— Deveria ser assim... Para isso foram criados o governo e os tributos.

— E se é da lei, todo mundo tem que pagar esses tributos, não é?

— Pela lei, paga principalmente quem recebe dinheiro acima de certa quantia, quem usa os serviços públicos (água, esgoto, iluminação), quem compra, quem vende, quem trabalha, quem recebe herança... Mas conversaremos mais sobre os tributos outro dia. Talvez vocês até possam me ajudar.

— Ajudar a pagar os seus tributos, Profi? Tô fora. Não curti, ó.
— Bem doida. Nem eu!
— Não, Mano e Doutô, fiquem tranquilos que não vou precisar do dinheiro de vocês. Mas bem que vocês poderiam pesquisar sobre esse assunto na internet, conversar com os pais de vocês... Isso faz parte da **EDUCAÇÃO FISCAL**.

— Legal, vou trabalhar de graça para trazer mais dinheiro para o governo... Eu tô muito maluco mesmo...

— Mano, o objetivo da Educação Fiscal não é aumentar a coleta dos tributos, mas justamente educar para o nosso exercício de cidadania. Claro que, se todos nós tivermos a consciência da importância dos tributos que nós pagamos e que eles deverão retornar para nós em qualidade de vida, o governo arrecadará mais e desperdiçará menos, assim como nós. Por ora, o importante é vocês entenderem que:



- Todos nós, crianças, jovens, adultos, idosos, negros, brancos, índios, ricos, pobres, homens, mulheres, para vivermos em sociedade, temos que conquistar direitos e cumprir deveres. E que isso tem um nome: CIDADANIA!
- Dentre os nossos deveres, alguns são mais importantes: obediência às leis, respeito pelo direito dos outros, zelar pelo patrimônio e bem público e pagar os tributos.
- Embora o tributo seja obrigatório, temos que entender que esse tributo pago deve “voltar” para nós, contribuintes, em forma de benefícios comuns para todos.

— Vale a pena pensar um pouco sobre isso, não acham?

Foi quando a sirene da escola tocou e a professora se despediu dos alunos.

Mano e Doutô, como de costume, nem esperaram e saíram correndo, reclamando dessa tal de educação fiscal e de todas as coisas do mundo que não eram criadas por eles, que não eram recheadas de doces ou pintadas em cores berrantes, ou que, simplesmente, fossem de outra “vibe” da qual eles não estivessem nem aí. Eles eram assim mesmo, fazer o quê?



Os outros alunos, entretanto, se uniram e conversaram sobre quais eram os seus direitos, como eles os viam, se viam, onde estavam e como eles percebiam aquilo tudo.

Juca, Belinha, Tinoco e Paulinho foram direto para o laboratório de informática. Belinha estava cheia de novidades “fiscais” para postar em seu blog e pediu a ajuda dos amigos.

Tinoco, porém, estava chateado. Não sabia que pagava tributos. Será que era por isso que vivia sem dinheiro?

Juca, por outro lado, pensava em algo maior:

— Se a gente é que paga o governo para ter escola e tudo que tem aqui dentro, por que o nosso ginásio não fica pronto nunca? Por que não podemos ter salas de aula melhores, mais professores, mais livros na biblioteca? E a pracinha, por que está tão abandonada? Aliás, destruir aquilo que é comprado e mantido por nós mesmos não é loucura? Será que as pessoas que fizeram aquilo tudo na pracinha, sabiam disso?



— Eu, pelo menos, não sabia, até agora... Como ainda não sei como é que estou pagando uma coisa se nem dinheiro eu tenho — repetia o Tinoco, doido para botar a mão nesse dinheiro que ele nem sabia que tinha e se tinha.

— Ei, turma, e se nós fizermos uma campanha na escola? Está tudo tão parado agora... Tão chato isso! Poderíamos abrir uma *fan page* da escola no *Facebook* e pedir para os alunos curtirem. Os professores são legais e podem ajudar nisso também, né? — os olhos de Belinha, sempre tão cheia de ideias, brilhavam:

— Eu divulgo no meu blog e o que nós fizermos colocamos lá. Tem muitos acessos!





— E como é que nós chamaríamos essa página, Belinha? — perguntou, ansioso, o Paulinho.

— “A Galera se Liga em Cidadania!” O que acham?

E ficou assim até pensarem em algo melhor.

O importante, sabiam, era começar logo, enquanto aquele incidente na pracinha ainda estava fresquinho na cabeça de toda a gente.



Episódio 2

Relação Estado-Sociedade

Na manhã seguinte, a classe da professora Fabiana faria a sua aula no ginásio da escola.

Belinha vinha com a novidade: havia conseguido alguns novos acessos em seu blog e curtidas na *fan page* “A Galera se Liga em Cidadania”. Eram poucos ainda, mas os divulgaria ainda mais, postaria novidades e, se a turma toda continuasse compartilhando, seria só questão de tempo.

Juca estava ansioso. Soube que Belinha havia conversado com o pai, o *seu* Pedro, e que ele disse que toda aquela história contada pela Fabi era verdade, daquele jeitinho mesmo.

Paulinho estava lendo uma cartilha sobre Educação Fiscal para crianças, que havia encontrado na internet. Detestava não saber das coisas e tudo aquilo que a Fabiana havia dito no dia anterior ele nunca ouvira falar.

Mano estava encostado com o Doutô num canto. Trouxe um violão, cheio de adesivos de uma banda de rock, e estava treinando umas músicas que faziam juntos, mas que nunca, nunca mesmo, mostravam a ninguém. Eram uma banda de dois, diziam: “Não somos Baião, mas Banda de Dois”.

Só o Tinoco não havia chegado ainda.

Quando a professora Fabiana chegou, mal começara a aula e lá veio o Tinoco, correndo como um doido:

— Bom dia, Tinoco. Pensei que hoje não o veria... — observou a Fabi.

— Desculpe, professora, é que passei uma noite ruim. Tive vários pesadelos. Vários.

— E com o que, homem?

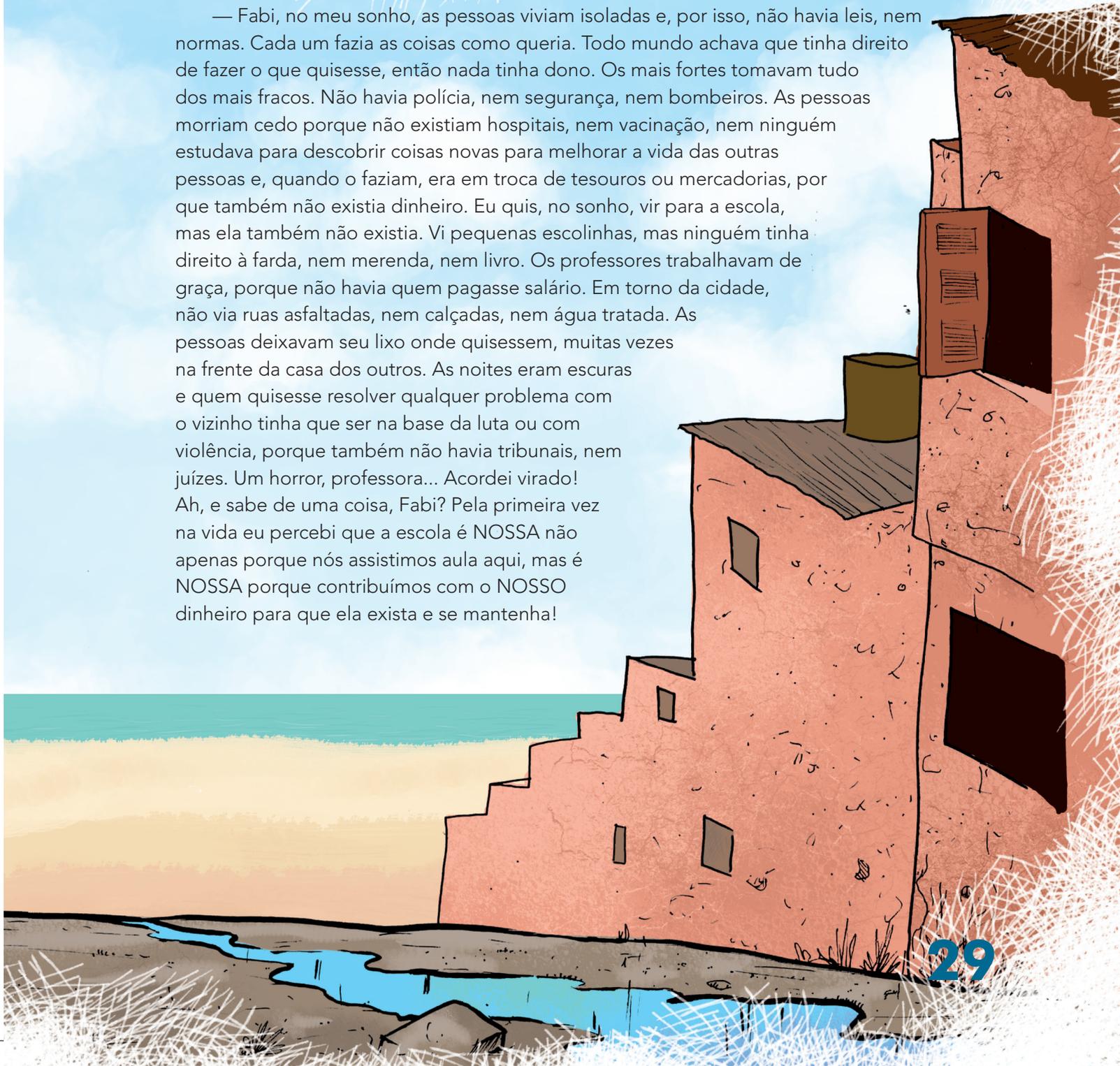
— Eu pensei tanto naquela história de tributos e governo, sociedade, escola, direitos, deveres, que... sonhei! Acredita, Fabi?

— Foi mesmo? E que sonho tão medonho foi esse? Conta pra gente! Fiquei curiosa.

— Eu sonhei que ninguém pagava tributo de nada. Cada qual por si. Assim, não existia governo, nem escola, nem aula, nem praça, nem professora Fabiana.

— Cruz credo, foi mesmo? Eita, foi um sonho irado, então.

— Fabi, no meu sonho, as pessoas viviam isoladas e, por isso, não havia leis, nem normas. Cada um fazia as coisas como queria. Todo mundo achava que tinha direito de fazer o que quisesse, então nada tinha dono. Os mais fortes tomavam tudo dos mais fracos. Não havia polícia, nem segurança, nem bombeiros. As pessoas morriam cedo porque não existiam hospitais, nem vacinação, nem ninguém estudava para descobrir coisas novas para melhorar a vida das outras pessoas e, quando o faziam, era em troca de tesouros ou mercadorias, por que também não existia dinheiro. Eu quis, no sonho, vir para a escola, mas ela também não existia. Vi pequenas escolinhas, mas ninguém tinha direito à farda, nem merenda, nem livro. Os professores trabalhavam de graça, porque não havia quem pagasse salário. Em torno da cidade, não via ruas asfaltadas, nem calçadas, nem água tratada. As pessoas deixavam seu lixo onde quisessem, muitas vezes na frente da casa dos outros. As noites eram escuras e quem quisesse resolver qualquer problema com o vizinho tinha que ser na base da luta ou com violência, porque também não havia tribunais, nem juízes. Um horror, professora... Acordei virado! Ah, e sabe de uma coisa, Fabi? Pela primeira vez na vida eu percebi que a escola é NOSSA não apenas porque nós assistimos aula aqui, mas é NOSSA porque contribuímos com o NOSSO dinheiro para que ela exista e se mantenha!



Fabiana, apesar de rir muito de todo aquele “pesadelo fiscal”, disse para Tinoco que seu sonho era muito sério. Na verdade, pareceu que o Tinoco, que gostava de levar tudo “na valsa”, acabou entendendo direitinho tudo que a professora havia explicado:

— Muito bem, garoto, o sonho-pesadelo que você acabou de nos apresentar tão realisticamente nos dá uma ótima chance de falar hoje sobre o que é o Estado.

— Qual estado, professora? Do Ceará?

— Não, Juca, um maiooooor. Mas vamos por partes: nós já conversamos e concordamos que ninguém consegue viver sozinho. Somos todos responsáveis uns pelos outros, assim como pelo meio ambiente no qual vivemos, não é assim?

Pois bem, galera, dessa forma nasceu o Estado,

uma criação coletiva, uma forma de estabelecer um acordo entre as pessoas que vivem numa comunidade, dentro de um território definido, o seu país, garantindo por meio de suas leis e organização o bem-estar de todos.

— Professora, então o Estado tem o DEVER de nos oferecer educação, saúde, transporte, trabalho, segurança, alimentação, lazer e moradia, que são nossos DIREITOS, não é?

— Sim, Belinha, estas são algumas das responsabilidades, ou seja, deveres do Estado. As mais importantes. Mas também é função do Estado manter a ordem, por meio da justiça e do cumprimento das leis e criar e coletar os tributos de todos que vivem em seu território, além de administrar e utilizar esse dinheiro arrecadado para o bem-estar do seu povo.

— Vendo assim, o Estado não teria tempo de ir numa praia, né?

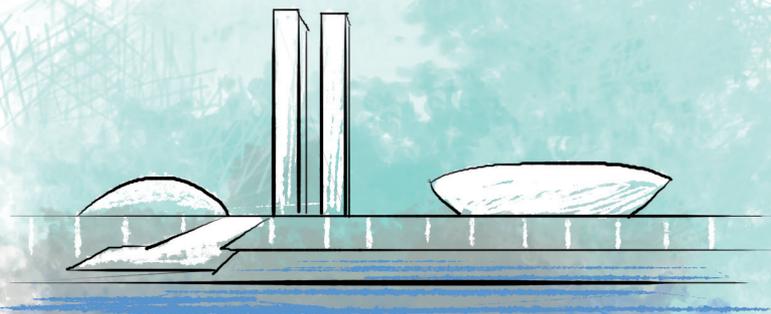
— Fala sério, profi, ser Estado é o ó — ironizou o Mano, meio que chateado com aquela conversa sem fim.

— Já que vocês dois estão tão sabidinhos, saberiam dizer quais poderes compõem o Estado?

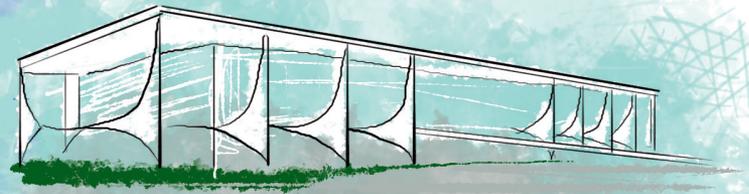
— O da invisibilidade, tia? — gritou o Doutô, levantando ligeiro.

— Que nada, o da super...ficialidade! — levantou-se também o Mano, dando ideia de que iria voar para cima e avante!

— Ah, vocês não sabem é de nada. Pois anotem aí, espertinhos:



Legislativo: responsável em **fazer** as leis;



Executivo responsável em **executar** as leis; e



Judiciário fiscalizador do **cumprimento** das leis.

— Valha, quantas leis e leis, professora...

— No Estado de Direito, Juca, os homens são governados pelo poder das leis e não pelo poder de outros homens. A lei é que deve garantir a IGUALDADE.

E agora vamos conhecer os ELEMENTOS do Estado:

- a) **poder político soberano** (conjunto de leis e normas);
- b) **o povo** (conjunto de cidadãos organizado em sociedade, tendo iguais direitos perante à lei, e subordinado ao poder soberano);



- c) **o território** (o nosso país, constituído pelo espaço terrestre, aquático e aéreo, no qual o Estado exerce a sua autoridade);
- d) **o governo** (por sermos uma DEMOCRACIA, nosso governo é formado por pessoas escolhidas por nós para dirigirem o Estado).

— Democracia? Essa palavra é nova, Fabiana — estranhou Paulinho, que não tinha encontrado aquela palavra na cartilha da internet.

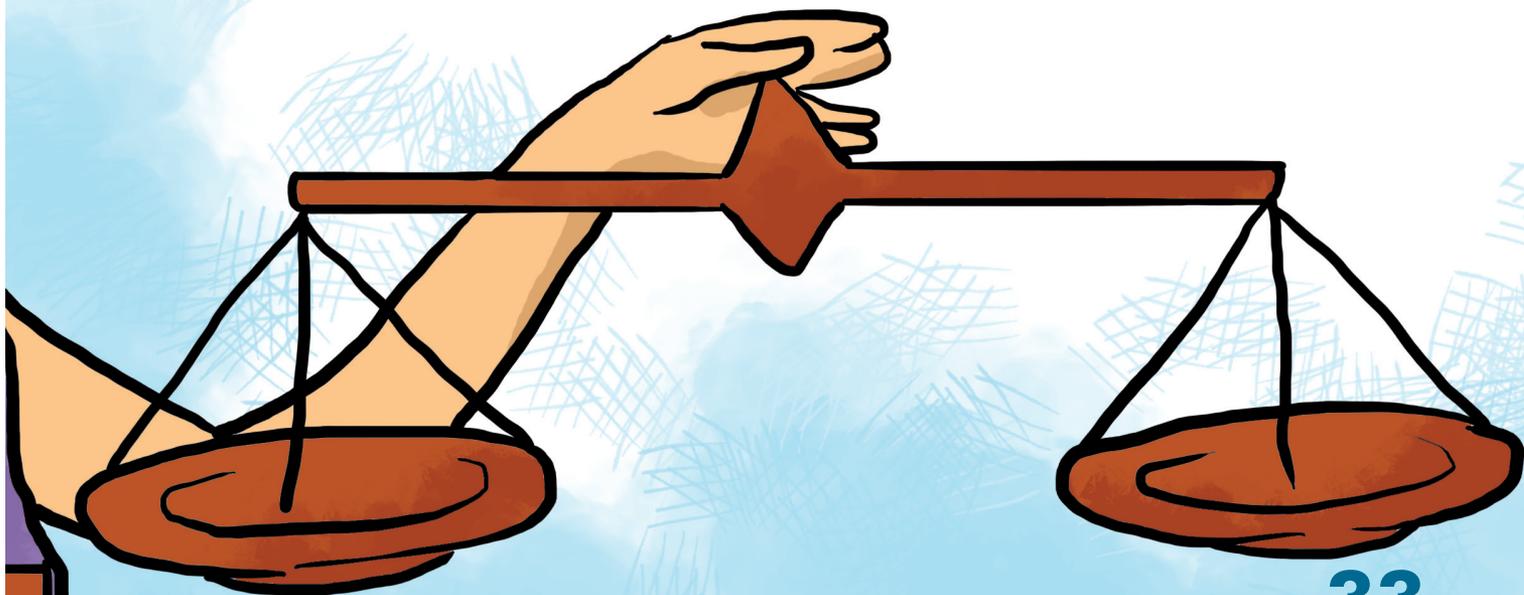
— É nada... Ao contrário, é bem velhinha, Paulinho. Democracia é:

“o governo do povo, pelo povo e para o povo.”

Lembrando, meninos, que, enquanto nas democracias o governo é TRANSITÓRIO, pois seus ocupantes (presidentes, governadores, prefeitos) são substituídos sempre que acontecem as eleições, o Estado é PERMANENTE!

— E eu que pensava que Estado e governo eram a mesma coisa, professora.

— Não são, Belinha, e é muito importante se lembrar disso. O governo é apenas um elemento do Estado, mas um elemento muito importante, pois é por meio do governo que se manifesta o seu poder soberano.



E vocês devem saber também que o governo é formado por um conjunto de órgãos que devem zelar pela administração dos bens públicos de forma geral.

— Então, professora, o Estado e a sociedade eram para ser “carne e unha”. Um pensar o tempo todo no outro, trabalhando juntos. Mas não é assim, é?

— Só que não, Paulinho! — saltou na arquibancada a idealista Belinha. — Muitos dos governantes eleitos e os políticos parecem esquecer que **o Estado existe para servir ao cidadão**. Na hora de decidir, não perguntam para o povo o que eles querem ou o que precisam. Fazem as coisas do seu jeito e pronto. Muitas vezes nem prestam contas do que fazem e reclamam que muitas coisas estão como estão porque as pessoas não ajudam nem pagam os tributos como deveriam. Foi isso que meu pai me contou, Fabi.

— Seu pai está certo, Belinha, quando fala que existem mesmo alguns conflitos bem sérios entre o Estado e a Sociedade. Seria muito bom que não acontecessem. Mas nem todos os políticos e governantes são iguais. Existem aqueles que cumprem direitinho o seu trabalho. E, olha, é por isso que esse nosso bate-papo se torna muito mais importante, sabiam?

— Por que, profi, ainda não entendi, ó?

— Porque as pessoas, querido, que formam a nossa sociedade, o nosso povo, em sua maioria, não sabem o que é o Estado, como ele atua, para que existe, nem têm conhecimento suficiente ou interesse de participar de suas decisões.

Muitos criticam os governantes, acusando-os de desonestos, reclamam de não saberem como estão sendo usados os recursos públicos, mas, infelizmente, algumas pessoas, quando podem, se negam a pagar os tributos que lhe cabem. E para isso existe um nome: **sonegação!**

— Só negação?

— Não, Paulinho — ria-se a Fabi —, “sonegação” é uma palavra só. Significa não pagar ou não contribuir com o pagamento do tributo devido.

Veja bem, galera, com essa nossa conversa toda, esperamos que vocês tenham consciência e, assim, entendendo o que é o Estado, os seus direitos e deveres, a função social do tributo que nós pagamos, o destino adequado dos recursos públicos, possam exercer a sua cidadania de forma plena.

Mas acho que falei foi demais por hoje, turma. Vamos parando por aqui. Está bem, assim?

Aproveitando a deixa, Belinha, que não era besta nem nada, propôs:

— Vai ficar melhor quando você curtir a nossa *fan page* e contribuir com postagens no meu blog, Fabi.

